

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 997.025 - SP (2016/0266240-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : SEBASTIAO DE SOUZA
AGRAVANTE : HELENA FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADOS : ANDERSON DA MOTA FONSECA - SP221563
REINALDO SANTOS CALIPO E OUTRO(S) - SP234850
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO - SP126504
JONATAS DE SOUZA FRANCO E OUTRO(S) - SP223425
AGRAVADO : MENCASA S/A
ADVOGADO : MELVI TAGAMI - SP227693

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

COBRANÇA. Comprador de imóvel pretende receber valores referentes ao contrato de compra e venda de imóvel que foi a leilão. Arrematação pelo Banco Bradesco por valor superior à dívida. Regras próprias do procedimento não impugnadas de modo e tempo próprios. Inocorrência de danos morais. Recursos providos para julgar a ação improcedente, prejudicado o adesivo.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 189, 205, 206, 421, 422 e 2.035 do Código Civil, 6º, V, e 47 do Código de Defesa do Consumidor; 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Os dispositivos tidos por violados não foram objeto de debate pelo acórdão recorrido, nem mesmo após a oposição de embargos declaratórios. Ausente o prequestionamento, não se conhece do recurso especial, de acordo com a Súmula 211/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ainda que assim não fosse, o recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante questiona a arrematação do imóvel financiado e afirma fazer jus ao valor que excedeu o do bem, matéria que não pode ser objeto de recurso especial, conforme dispõe a Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora